



SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Esteliano P. Gomes Neto

Secretário de Administração e Finanças

Sinergia CUT

Urbanitários

Mesa “Defesa das Empresas Públicas – Bancos Públicos, Petrobrás e Eletrobrás”

20ª Conferência Nacional das Bancárias e dos Bancários 2018

São Paulo/SP



Evolução do Sistema Interligado Nacional

1990 - Collor



2000 - FHC



Lula/Dilma



Expansão pelo modelo de
Sociedade de Propósito
Específico – SPE.

» Período Lula/Dilma:



- Universalização do acesso à energia elétrica: Programa Luz para Todos (mais de 16 milhões de brasileiros);
- Retomada do planejamento setorial – EPE;
- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Investimentos em infraestrutura - geração e transmissão para interligação do sistema;
- ANEEL: fiscalização e regulação dentro da política setorial determinada pelo MME;
- Modicidade tarifária;
- Incentivo às energias alternativas (eólica, biomassa, solar...)

Privatizações/concessões:

- Privatização interrompida. Ocorreu apenas para as empresas cujos contratos venceram e não foram renovados Lei 12.783/13 - MP 579, com redução média tarifária de 20% residencial e 28% industrial;
- Novas concessões para construção: leilão pelo menor preço de tarifa.

» Após o golpe:



O Setor Elétrico está em processo de “reestruturação”, que tem por objetivo concretizar a política neoliberal da década de 90 e transformar definitivamente a energia em mercadoria.

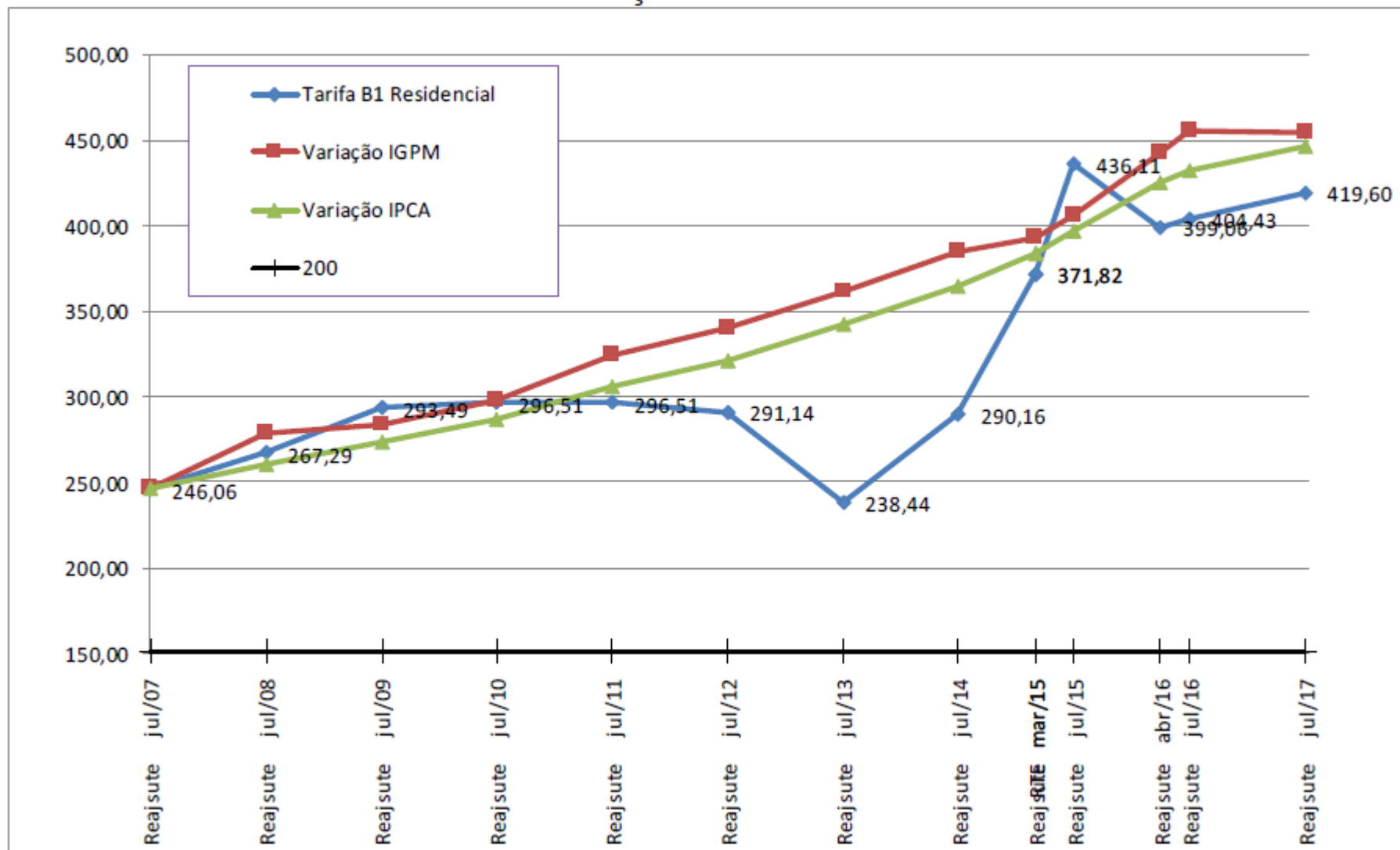
Efeitos (em resumo):

- Inexistência de uma política nacional de energia elétrica – planejamento e operação do sistema integrado;
- Redução dos espaços de participação social (ANEEL, MME, Conselhos de Consumidores, etc...);
- Perda de conquistas e postos de trabalho, precarização das condições de trabalho (automação) e terceirização;
- Aumento das tarifas de energia (possibilidade de tarifa variável);
- Ataques aos incentivos e aos subsídios para justiça social (programas sociais).



Evolução Tarifária da Eletropaulo:

Gráfico 5 – Evolução da tarifa B1-Residencial



Fonte: Nota Técnica nº 187/2017-SGT/ANEEL, de 23 de junho de 2017.

TARIFA RESIDENCIAL

O sobre preço é a ultrapassagem acumulada sobre a tarifa de 1995 corrigida pelo IPCA. (sem impostos).

Ano	Resid	Res corrigido IPCA	Sobrepreço
1995	76,26	76,26	0%
1996	106,63	83,55	28%
1997	119,80	87,92	36%
1998	126,18	89,37	41%
1999	138,93	97,36	43%
2000	158,87	103,18	54%
2001	179,78	111,10	62%
2002	209,74	125,02	68%
2003	239,30	136,65	75%
2004	270,49	147,03	84%
2005	291,15	155,40	87%
2006	294,91	160,28	84%
2007	293,59	167,42	75%
2008	282,02	177,31	59%
2009	293,38	184,95	59%
2010	304,19	195,88	55%
2011	314,32	208,62	51%
2012	333,55	220,80	51%
2013	294,58	233,85	26%
2014	305,35	248,84	23%
2015	427,88	275,39	55%
2016	454,27	292,71	55%
2017	457,02	304,42	50%

Fonte: <http://www.ilumina.org.br/a-quem-interessar-possa-estudo/>

ELETRÓBRÁS:



CESP

UHE Ilha Solteira
UHE Jupia

5.000 MW

R\$ 13,8 bilhões

ESTÃO EM PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO:

- JAGUARI : 14 MW
- PARAIBUNA: 50 MW
- PORTO PRIMAVERA:
1.017 MW (novo
contrato por mais 30
anos)

R\$ 1,09 bilhões +
percentual de ágio no leilão.

CEMIG

UHE Jaguará
UHE Miranda
UHE São Simão
UHE Volta Grande

2.922 MW

R\$ 12,13 bilhões

ELETRÓBRÁS

Geração: (2017)

47 UHE

114 Termelétricas

70 Eólicas

01 Solar

32.144 MW

+

Transmissão: (2017)

65 mil/Km (230kV)

R\$ 12 bilhões

SERÃO MANTIDAS:

- Angra I : 640 MW
- Angra II: 1.350 MW
- Itaipu: 14.000 MW



» Empresas que Integram o Ssistema Eletrobrás

» Eletronorte;

» CHESF;

» Furnas;

» EletroNuclear;

» Eletrosul;

» Itaipú Binacional;

» CEPEL

» CGTEE;

» Eletropar



» Empresas Distribuidoras Eletrobrás

» ED Acre;

» ED Alagoas;

» ED Amazonas Energia (!);

» ED Piauí;

» ED Rondônia;

» ED Roraima;



» TOTAL DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES
(Entre quadro próprio e terceirizados)

29.131

QP: 22.818

T: 6.213



Ações contra a privatização da Eletrobrás:

- Trabalhadores da Eletrobrás (base cutista) aprovaram em assembleia a destinação de 0,5% do salário para luta contra privatização;
- Contratação de agentes publicitários;
- Contratação de escritório de advocacia com expertise no setor e do Congresso;
- Acompanhamento permanente, com dirigentes em Brasília/DF, da tramitação de projetos de leis, medidas provisórias referentes à privatização da Eletrobrás e atuação junto a parlamentares de todos os campos e partidos;
- Criação da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico sob a coordenação da Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF) e diversas frentes parlamentares nos estados;
- Greve Nacional dos Eletricistas na Eletrobrás - 72 horas com início nesta segunda-feira (de 11 a 13/06).



RESULTADOS DAS AÇÕES:

- Trabalhadoras e Trabalhadores mobilizadas/dos;
- População das localidades (empresas Eletrobrás) envolvidas na luta;
- Audiências Públicas Comissão Parlamentar Mista Congresso Federal – referente ao Projeto de Lei 9.463 Privatização – ex. Franca/SP;
- Suspensão de AGO e AGE (liminares);
- 05/06/2018: Decisão do TRT/RJ por tutela antecipada, Coletivo Nacional de Eletricitários – CNE/FNU, suspendendo do processo privatização distribuidoras Eletrobrás, são elas: Amazonas Energia, Ceron, Eletroacre, Ceal e Cepisa. As empresas deverão ainda apresentar no prazo de 90 dias um estudo sobre os impactos da privatização nos contratos de trabalho;
- Greve de 72hs no Sistema Eletrobrás: 11, 12, e 13 de Junho 2018;



PROPOSTAS:



- ✓ Unificação das lutas - “Se é público, é de Todas e Todos”
- ✓ Política Energética Nacional;
- ✓ Defesa de tarifas justas com incentivos e subsídios para justiça social (manutenção do Luz para todos, tarifa social de energia elétrica, etc.);
- ✓ Ampliação da participação social nos processos de decisão: audiências públicas ANEEL, MME, garantia de representação dos trabalhadores nestes espaços e etc...
- ✓ Manutenção de investimentos para a integração do sistema – modelo de SPE (sociedades de propósito específico) sendo o Estado o indutor do desenvolvimento em parcerias com a iniciativa privada (51/49);
- ✓ Exigência de investimento em modernização e manutenção da rede, prestação do serviço com qualidade e segurança para o sistema;
- ✓ Incentivo às energias renováveis e autoprodução;
- ✓ Maior participação nos Conselhos de Consumidores;
- ✓ Conselhos Estaduais e Municipais de Serviço Público de Energia Elétrica.



BRASIL, 07 de outubro de 2018



“Põe tudo o que és, no pouco que fazes. Pois a lua inteira brilha em uma pequena poça.”

Obrigado!

